



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

### SENTENÇA

Processo Físico nº: **0014092-90.2007.8.26.0566**  
 Classe - Assunto **Procedimento Ordinário - Perdas e Danos**  
 Requerente: **Ederson Henrique Pinto**  
 Requerido: **Televip Cartões Telefônicos e Aparelhos e outros**  
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

### CONCLUSÃO

Aos 20 de fevereiro de 2015, faço estes autos  
 conclusos ao MM. Juiz de Direito, o Exmo. Sr.

Dr. **MILTON COUTINHO GORDO.**

Eu,....., esc., digitei e subscrevi.

Processo nº 1377/07

### VISTOS.

**EDERSON HENRIQUE PINTO** ajuizou a presente **Ação Declaratória de INEXIGIBILIDADE DE TÍTULO CAMBIAL cc CANCELAMENTO DE PROTESTO cc PERDAS E DANOS** em face de **TELEVIP CARTÕES TELEFÔNICOS E APARELHOS, BANCO DO BRASIL S/A e REAL FACTORING FOMENTO MERCANTIL LTDA** todos devidamente qualificados.

Aduziu, em suma: 1) que adquiriu da TELEVIP, mediante a emissão de quatro cheques pré-datados, mercadorias no importe de R\$



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

9.495,00; 2) que antes do vencimento do primeiro cheque foi informado pela aludida empresa que os produtos não lhe seriam entregues nas datas aprazadas, em razão de dificuldades financeiras da vendedora; 3) ocorre que os títulos já haviam sido colocados em circulação; 4) que mesmo “sustando” os cheques, as co-rés (cientes da sustação) os levaram a protesto, o que lhe causou diversos prejuízos. Pediu liminarmente o cancelamento do protesto e a procedência da ação com a declaração de inexigibilidade dos títulos em comento, bem como a condenação dos réus ao pagamento de indenização por danos materiais e morais.

A inicial veio instruída com documentos de fls. 16/30.

A liminar de sustação de protesto foi deferida pelo despacho de fls. 31.

Citado (fls. 69), o correquerido **Banco do Brasil** contestou às fls. 78 e ss. Preliminarmente, alegou ilegitimidade passiva. NO mérito, sustentou, em síntese, que agiu consoante os princípios da autonomia e da inoponibilidade das exceções pessoas ao terceiro de boa-fé que norteiam a circulação dos títulos de crédito, firmou com a TELEVIP avença de “desconto” dos cheques que recebeu por “endosso”; assim, nada tem a pagar para o autor. Culminou por pedir a total improcedência da ação,. Juntou documentos.

A correquerida **Real Factoring** apresentou defesa às fls. 99/105. ARGÜIU, em sede de preliminar, conexão da Lide com o feito nº 659/07 (execução de título executivo extrajudicial, em trâmite perante a 3ª Vara Cível local). No tocante ao mérito, aduziu que apenas foi endossatária e terceira de boa-fé; e que não fez parte da relação jurídica entre o autor e a Televip. Insurgiu-se contra a legação de danos morais e pediu ai improcedência da pretensão constante da exordial.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Sobreveio réplica às fls. 121/127.

Citada (fls. 140), a correquerida Televip deixou transcorres *in albis* o prazo para contestar (cf. certidão de fls. 141).

As fls. 146/149 foi encartada cópia da decisão proferida nos autos dos embargos à execução (Processo 1527/08 – 3ª Vara Cível).

Diante da manifestação do autor, trazida a fls. 162, dois cheques (nºs 061 e 062) foram excluídos desta lide pela decisão de fls. 163.

Cópia da decisão da Superior Instância nos autos que tramitaram perante a Eg. 3ª Vara Cível (embargos à execução) foram encartadas as fls. 189 e ss.

### **É O RELATÓRIO.**

### **DECIDO.**

Inicialmente cumpre destacar que a LIDE prossegue apenas contra **TELEVIP e BANCO DO BRASIL**, tendo por objeto, as cambiais de números 57 e 58 (v. fls. 21 e 23).

O que o autor pretende é a declaração de inexistência de obrigação cambiária, consubstanciada nos referidos quirógrafos que sacou contra o Banco Bradescol S/A em favor da correquerida “TELEVIP”, e acabaram sendo levadas a protesto pela instituição financeira referida, Banco do Brasil.

A participação do correquerido Banco do Brasil S/A na



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

presente LIDE integrando o pólo passivo se justifica pelo ato de apontamento dos títulos (n. 00057 e 00058), apresentados em Cartório por ele em 06/06/2007 (fls. 21 e 23).

\*\*\*

O fato de o Banco ter atuado na linha de desdobramento causal como adquirente dos cheques em avença de desconto só reforça a procedência do reclamo, pois, como “descontante” deve perseguir contra o “cliente” (no caso a corré TELEVIP) o montante que a ela entregou antecipadamente (cf. contrato de fls. 93 e ss.).

Assim, a mesma lição consignada no aresto de fls. 189 e ss (que resolveu o destino dos cheques passados a REAL FACTORING no mesmo contexto fático) se aplica para a solução desta pendenga: o endosso passado a aludida Casa Bancária tem natureza de cessão de crédito justificando a incidência do art. 290 do Código Civil de 2002.

Se seus prepostos tivessem entrado em contato com o sacador, certamente seriam informado previamente do desacordo comercial, maculando a exigibilidade das cambiais.

No mais, a TELEVIP é revel.

Ante a revelia presumem-se aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial (art. 319 do CPC).

Como a não entrega das mercadorias compradas com as cártulas foi confessada, não tinha ela o direito de “vender” os títulos; assim agindo atuou de maneira irresponsável, dando causa ao protesto.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

\*\*\*

Também merece acolhida o pleito de danos morais.

Se o negócio não chegou a se concretizar, inexistente preço a ser cobrado e conseqüentemente, o protesto é indevido.

Destarte, os requeridos devem certamente reparar os prejuízos concretizados – in re ipsa – ocasionados a moral do requerente.

De todos os critérios preconizados nos pretórios, tenho que o mais viável – porque evita a adoção de fórmulas mágicas que muitas vezes podem se perder no vazio – é a aplicação do denominado “critério prudencial”, referido na RT 650/63.

Considerando as circunstâncias já referidas, o porte econômico da ré, e sua renitência (pois já julguei processo “idêntico” – n. 1376/2007 – também em face da TELEVIP, parece-me justo que a indenização ao autor seja arbitrada em R\$ 10.000,00.

A condenação dos réus remanescentes é solidária.

Mais, creio, é desnecessário acrescentar.

\*\*\*

Ante o exposto e por tudo o mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE** o pleito inicial para **declarar a inexigibilidade dos cheques** de nº 000057 e 000058 (os cheques de nºs 061 e 062 conforme acima alinhavado foram excluídos desta lide) e para condenar as correqueridas **TELEVIP CARTÕES TELEFÔNICOS E APARELHOS e**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**BANCO DO BRASIL S/A** a pagarem ao autor, **EDERSON HENRIQUE PINTO**, a quantia de R\$ 10.000,00 a título de danos morais, com correção monetária a contar da publicação desta e juros de mora, à taxa legal, a contar da citação.

Torno definitiva a liminar de sustação provisória dos efeitos do protesto do(s) título(s) concedida a fls. 31. Oficie-se para tanto.

**Ante a sucumbência, ficam as requeridas condenadas ao pagamento das custas e despesas do processo e honorários advocatícios ao patrono do autor, que fixo, em R\$ 1.000,00 para cada uma.**

**P. R. I.**

São Carlos, aos 27 de fevereiro de 2015.

**MILTON COUTINHO GORDO**  
**Juiz de Direito**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**